

**CONCEPÇÕES DE NATUREZA E DE AMBIENTE A PARTIR DE
PERIÓDICOS BRASILEIROS DA ÁREA DE FILOSOFIA: UMA
CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS**

**CONCEPTIONS OF NATURE AND THE ENVIRONMENT FROM BRAZILIAN
JOURNALS IN THE FIELD OF PHILOSOPHY: A CONTRIBUTION TO
SCIENCE EDUCATION**

1

Aline de Fátima S.C. Cooper¹, Maylta Brandão dos Anjos², Verônica Pimenta Velloso³

¹IFRJ/ PROPEC/ Mestranda em Ensino de Ciências, cooperaline@gmail.com

²IFRJ/ PROPEC/ Docente e pesquisadora, maylta@yahoo.com.br

³IFRJ/ PROPEC/ Docente e pesquisadora, veronica.velloso@ifrj.edu.br

RESUMO

A presente comunicação investiga as diferentes percepções filosóficas da natureza, realizando um breve levantamento bibliográfico sobre a temática ambiental. Foram selecionados quatro periódicos nacionais da área de Filosofia para a pesquisa. O viés mais significativo que pode ser percebido entre os trabalhos selecionados, perfazendo significativas contribuições para o ensino de ciências no que tange a questão ambiental, é o de que, perante o atual estado da arte da ciência em que se postula a crise paradigmática, faz-se necessário que os seres humanos sejam reintegrados à natureza, contrariamente ao que se configurou a partir do pensamento moderno. Essa é uma tendência que vem sendo observada em propostas da educação ambiental centradas no conhecimento ético e crítico.

Palavras-chave: filosofia; educação ambiental; natureza.

ABSTRACT

The article investigates the different philosophical perceptions of nature, making a brief literature survey on environmental issues. Four national Philosophy journals were selected for the research. The most significant bias that may be perceived among the selected works and which makes contributions to science education, as it relates to environmental issues, is that, given the current state of the art in science that postulates the paradigmatic crisis, it is necessary that human beings are reintegrated into nature, contrary to what is set from modern thought. This is a trend that has been observed in environmental education proposals that emphasize ethical and critical knowledge.

Key words: philosophy, environmental education, nature

Edição Especial com os melhores trabalhos apresentados no IV ENECiências: UFF – 13 a 16 de maio de 2014.

INTRODUÇÃO

O século XXI assume uma das piores heranças advindas da modernidade: a crise ecológica, em especial, a crise da relação homem-natureza, impondo a urgente necessidade de recuperação do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado e à sadia qualidade de vida.

A ciência moderna encena a ruptura da relação homem-natureza, "desantropomorfizando" a natureza e concomitantemente "desnaturalizando" o homem. A partir de um movimento unívoco, a ciência foi sendo construída a partir da leitura dicotômica e antagônica entre indivíduo e sociedade, objetividade e subjetividade, humanidade e natureza, resultando num controle e numa instrumentalização da natureza em si que objetivou auferir benefícios determinados pelo próprio homem.

Entre o início e meados do século XX, a partir de Albert Einstein, Heisenberg e Bohr, protagonistas da mecânica quântica, há a percepção de que o que conhecemos do real é apenas a nossa intervenção nele. A filosofia começa então, novamente a interrogar-se sobre o papel do ser humano nas configurações do saber, não mais amparada na separação rígida entre sujeito e objeto, fundamentada pela lógica racionalista-iluminista-positivista, mas com uma nova visão paradigmática que busca "as condições de possibilidade de ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local" uma das características do que se denominou "paradigma emergente ou conhecimento pós-moderno", que surge em oposição ao paradigma dominante que se estabeleceu a partir da configuração da ciência moderna entre os séculos XVI e XVII (SANTOS, 2001, p.48). Temos clareza de que os pensares e acontecimentos não se dão de forma tão padronizada e linear, ou seja, entendemos que há diversidade de visões nos períodos históricos brevemente descritos. Aqui, estamos optando por uma forma mais esquemática de apresentar estas mudanças. Desta maneira, o empirismo de Bacon e o racionalismo matemático de Descartes e Galileu passam a ser revistos e novas discussões e teorias passam a dar espaço a uma forma de pensar a Ciência completamente distinta, chegando a uma abordagem mais atual, humanística e holística desta, como, por exemplo, nos pensamentos de Schelling e de Goethe, que veremos a seguir.

Edição Especial com os melhores trabalhos apresentados no IV ENECiências: UFF – 13 a 16 de maio de 2014.

Assim, os acima citados e outros pensadores, referências teórico-conceituais presentes na história humana, podem fornecer aos educadores inúmeras oportunidades de se repensar a Ciência e o Ambiente, a Natureza, contribuindo para a prática e a reflexão acerca da educação ambiental propriamente dita e, principalmente, dos fundamentos da chamada “ética ambiental” e suas aplicações no mundo contemporâneo. Compreender a natureza é um anseio inerente ao ser humano, sendo de primordial importância a reflexão sobre os seus inúmeros conceitos também no ensino de ciências, que vem passando por vários questionamentos que sinalizam para a necessidade de ampliação de suas margens num diálogo provocado pelas várias demandas iminentes do século XXI.

Autores da área de educação ambiental nos trazem contribuições interessantes para a construção de possíveis conceitos de natureza e de meio ambiente, dentre eles Enrique Leff (2001), professor mexicano de Ecologia Política e Políticas Ambientais, e Tim Ingold (2000), antropólogo social britânico que retoma a questão “abrindo” o diálogo entre as ciências da natureza e as ciências humanas e sociais.

Destarte, na tentativa de estabelecer uma visão panorâmica dos estudos filosóficos e de possíveis releituras de clássicos passados sobre as concepções de natureza e de meio ambiente, iniciamos uma breve revisão bibliográfica em periódicos brasileiros ligados a estudos filosóficos, buscando novos olhares sobre a natureza e visando estimular a criticidade no ensino de ciências. Conforme assinala o educador Attico Chassot (2003), a formação dos cidadãos deve viabilizar a leitura do mundo onde estão inseridos, assim como torná-los capazes de transformar o mesmo para melhor.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

As concepções de natureza e ambiente passam por questões de ordem social, histórica, política e econômica que atravessam toda a cultura ocidental, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Embora estas concepções se configurem num tempo longo e diverso, envolvendo pressupostos e argumentos interessantes para a compreensão do desenvolvimento da Ética Ambiental e da Educação Ambiental, procuraremos ser pontuais na demarcação destes argumentos sobre os quais nos debruçaremos para a análise, destacando-os a partir de seus autores e obras.

No ano de 2007, o governo federal, representado pelo Ministério da Educação, lançou uma publicação, “*Pensar o ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental*”, organizada por Moura, Grun e Trajber (2007), com a contribuição de diversos autores contemporâneos. Tal publicação nos indica que, no séc. IV a.C., Platão, no seu diálogo *Crítias* ou *Atlândida* 102, já lamentava a devastação das paisagens gregas. Afirma-se também que os pré-socráticos, com seus fragmentos, nos permitem imaginar outros sentidos para habitar o mundo como ambiência, uma noção que pode ser muito iluminadora para a educação ambiental. Para o educador ambiental, por exemplo, aproximar-se da noção grega antiga de *physis*, que diz respeito à vida que pulsa em todos os seres, anterior e diferente de nossa visão de física ou de natureza, poderia lhe fornecer uma visão mais holística da natureza.

A publicação refere-se também ao diálogo “*Ética a Nicômaco*”, de Aristóteles (384 a.C.—322 a.C.), que pode ser muito útil à educação ambiental, pois trata-se de um saber prático que nos permite tomar decisões em relação ao meio ambiente, às políticas públicas etc., evitando as soluções fáceis, mas comprometedoras do *Technological Fix* (soluções meramente técnicas, desvinculadas de um contexto ético).

Já Tomás de Aquino (1226-1274), filósofo e teólogo, realizou uma leitura cristã da filosofia aristotélica (“*Suma Teológica*”) que passou a ser aceita pela Igreja e universidades e, que atualmente pode servir como embasamento filosófico para os educadores ambientais, por sua postura holística, quando diz, em uma citação presente na obra publicada pelo Ministério da Educação, que “conhecer a ordem do todo é conhecer a ordem da parte e conhecer a ordem da parte é conhecer a ordem do todo”.

Chegando ao século XVI, encontramos Francis Bacon, político, filósofo, ensaísta inglês, portador de títulos de nobreza e considerado um dos principais fundadores da ciência moderna. Na sua obra *Novum Organum* (1620), define, através de metáforas, o combate aos ídolos (ídolos da tribo, da caverna, da praça pública e do teatro), como falsas noções que iludem a mente humana que as toma como se fossem naturais e válidas per si. Mesmo com toda a crítica feita posteriormente ao seu pensamento objetivista, ainda hoje vale uma leitura atenta pelos educadores ambientais. A profunda compreensão que tem do espírito do seu tempo é fundamental para dar

substância ao diálogo crítico que a educação ambiental pretende estabelecer com o projeto científico moderno.

Chama-nos atenção também o filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau principalmente no que diz respeito à sua preocupação com a educação e à postura crítica com relação à sociedade do século XVIII. Segundo ele, o homem está junto à natureza e mantém para com ela um sentimento subjetivo, que lhe permite preservá-la, ao mesmo tempo em que faz um distanciamento para construir sua liberdade.

A figura do filósofo e economista socialista Karl Marx (1818-1883) também é destacada na publicação do Ministério da Educação. Para este filósofo, a natureza é unidade complexa e dinâmica, organizada em seu próprio movimento contraditório. Em “Marx e a Natureza em O Capital” (DUARTE, 1996), a concepção marxista se apresenta como uma forma privilegiada de compreender a natureza, pois, por um lado, acaba com a ideia mítica e mecanicista sobre ela, na medida em que é dialética (a ação do homem sobre a natureza é, de alguma forma, contrabalançada pela ação desta sobre o homem); por outro, preserva a especificidade do mundo físico, sendo materialista. Desta maneira, Marx se afasta das abordagens que definem a natureza como meramente um suporte material da cultura, tomando-a em sua dimensão relacional, sem reduzi-la ao universo biológico.

Em “Filosofia da Natureza”, Gonçalves (2006) nos fala de Friedrich Schelling, contemporâneo de Goethe (1749-1832), destacando que a grande ousadia de sua filosofia da natureza está exatamente em subverter a clássica ideia de natureza enquanto objeto, pois esta passa a ser concebida também como sujeito, isto é, como atividade que produz seu próprio movimento. Este filósofo assume a natureza como um todo cujo desenvolvimento se dá segundo uma dinâmica também histórica, percorrendo um caminho próprio de auto formação no espaço e no tempo. Os seres humanos, livres e autoconscientes, seriam não apenas parte ou fim último dessa sua história, mas o meio pelo qual ela finalmente é revelada. Já o escritor Goethe concebeu a natureza como uma totalidade orgânica e viva, em profunda conexão com o mundo espiritual, e não um mecanismo frio e sem alma, constituído apenas por matéria em movimento e esta profunda sensibilidade espiritual, que revestia o mundo de magia e segredo, grandeza e emoção, marca toda a sua obra do começo ao fim (COELHO, 2010).

Os autores Enrique Leff e Tim Ingold, da área da Educação Ambiental, mencionados anteriormente, enriquecem a presente comunicação no que se refere ao campo político, filosófico e cultural que o tema oferece. Os autores em epígrafe articulam o pensamento no fazer concreto e necessário da questão ambiental. Nesse caso, se por um lado é o pensamento que modifica o fazer, o fazer traz novos significados para o que pensamos e demandamos da questão ambiental.

Leff nos diz que natureza, assim como sociedade, são categorias ontológicas, não sendo ambas nem conceitos nem objetos de nenhuma ciência fundada e, portanto, não constituem termos de uma articulação científica. Segundo ele, “cada ciência funda os conceitos nos quais se absorve “o natural” e o “social” em seu objeto de conhecimento. Desde que a natureza se transforme em objeto de processos de trabalho, o natural absorve-se no objeto do materialismo histórico” (LEFF, p.150, 2001). Já Ingold (2000), partindo de uma leitura imbricada na antropologia e na ecologia, argumenta que diferentes criaturas têm diferentes pontos de vista, porque, dadas as suas capacidades de ação e de percepção, assistirão ao mundo de maneiras diferentes. Levando em consideração a ciência cognitiva e o neodarwinismo da biologia evolutiva, este autor argumenta que o grande equívoco é a separação que existe entre a cultura e a biologia. A incomensurabilidade que se estabeleceu na modernidade entre natureza e cultura seria, segundo Ingold, o ponto de ancoragem de uma ideologia antropocêntrica que busca negar as condições materiais e o fluxo da vida que constituem todos os seres que habitam o mundo-ambiente.

O ambiente e as paisagens em Ingold (2011) não são tomados como formas à espera da inscrição da cultura, mas emergem como condensações e cristalizações da atividade dentro de um campo relacional duplamente ativo. É nesse arcabouço de pensamento que Ingold introduz uma nova interrogativa para passarmos em escrutínio o que se tem construído como questão ambiental. Fato esse que emerge dos vários diálogos que buscam abrir a porta de concepções e formulações já previamente firmadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa realizada em levantamentos bibliográficos é composta basicamente pela interação entre os pesquisadores e a produção acadêmica da área por

Edição Especial com os melhores trabalhos apresentados no IV ENECiências: UFF – 13 a 16 de maio de 2014.

meio da quantificação e identificação dos dados bibliográficos, com o objetivo de mapear a produção em períodos e locais definidos (FERREIRA, 2002, p.265). Feita a delimitação, em uma segunda etapa, os pesquisadores passam a dialogar com os trabalhos por meio da leitura dos resumos, ressaltando tendências e escolhas teóricas e metodológicas, para daí fazerem a leitura completa dos trabalhos que julgarem mais relevantes e que possuam articulação com os trabalhos ou linhas de pensamentos discutidas no ensino de ciências.

O universo de pesquisa delimitado para este levantamento foram os periódicos nacionais da área de Filosofia que englobassem ideias trabalhadas no campo da educação ambiental e do ensino de ciências. Os quatro periódicos escolhidos entre a lista encontrada na página eletrônica da CAPES, correspondendo aos estratos A1, A2, B1 e B2 de classificação dos mesmos no Sistema WebQualis da referida instituição, foram: Artefilosofia (UFOP); Cadernos de História e Filosofia da Ciência (Unicamp); Educação e Filosofia (Universidade Federal de Uberlândia); e Filosofia Unisinos.

Os periódicos foram pesquisados em suas versões online, abrangendo todos os números publicados no período entre 2005-2013 e o critério de busca foi a presença dos descritores: natureza, meio ambiente e educação ambiental, os quais deveriam constar nos títulos ou resumos dos artigos.

RESULTADOS

Ao final da busca, foram obtidos dez artigos que correspondiam aos parâmetros de busca aqui já explicitados, contudo, somente cinco destes correspondiam a discussões sobre a natureza e o meio ambiente dentro de uma perspectiva de educação ambiental. Os cinco trabalhos selecionados dispostos por ordem de análise foram: “A Questão da Razão como Critério Distintivo entre Homem e Animal” de José Cláudio M. Matos e publicado em 2011 pela Filosofia Unisinos; “A Falsa Opção entre Renaturalização e Hipertecnificação” de Celso Reni Braidia e publicado em 2013 pela Filosofia Unisino; “Lagarteando: problemas ontológicos e semânticos na hermenêutica da natureza viva de Heidegger” de Róbson R. dos Reis e publicado em 2010 pela Filosofia Unisinos; “A Natureza com Teofania em Orígenes e João Eriúgena” de João Lupi e publicado em 2008 pela Filosofia Unisinos, e “Filosofia da Natureza e Filosofia

Moral em Hobbes” de Yara Adario Frateschi e publicado em 2005 pela Cadernos de História e Filosofia da Ciência.

O artigo de José Cláudio M. Matos (2011) ressalta que a visão tradicional da filosofia moderna considera a distinção entre o homem e os animais como resultante da posse da razão. Isto está de acordo com uma concepção do lugar do ser humano na natureza como um lugar de destaque e superioridade em relação às outras formas de vida. Contudo, o processo de substituição desta postura leva a uma aproximação entre seres vivos e a uma destituição do lugar de domínio que se julgava ser ao homem devido. O autor nos diz ainda que, desta forma, não pode passar despercebido o quanto esta proposição se constitui em uma reflexão, no estrito sentido do termo: a mente humana enxergando a si mesma, ou interrogando a si mesma e a seus próprios poderes, tentando enxergar-se e compreender-se como uma parte do mundo natural. Daí a sua noção de natureza, englobando o ser humano como um todo.

O autor Celso Reni Braidá (2013), nos diz que a tradição ocidental definiu o humano em contraposição ao simplesmente natural, isso ao ponto de postular uma diferença categorial irreduzível entre o âmbito da natureza e a dimensão humana. Vemos claramente que tanto no artigo de José Cláudio quanto no de Braidá a disjunção é a chave de leitura que conduz o pensamento da época. Mas, Braidá prossegue no artigo, assinalando que, nos últimos tempos, essa diferença tem sido questionada e a demanda por uma renaturalização do humano tem sido alimentada por diferentes argumentos, os quais ora apontam para a artificialidade abstrata de uma vida antinatural, ora para a destruição do ambiente natural decorrente da atual forma de vida. Afirma ainda que o problema está em que nossa concepção de mundo, e, sobretudo, nos modelos epistêmicos subjacentes, incompatíveis com a postulação de qualquer valor ou bem intrínseco e não relativizável, ou seja, inconvertível, seja lá qual for a entidade particular, sobretudo a natureza.

O interessante é a proposição de que a saída pela renaturalização e a saída pela hipertecnificação da vida humana não constituem alternativas reais para o futuro da humanidade. Essas alternativas devem ser vistas como ilusões da nossa razão, motivadas pelo regime de fascinação fundante da nossa forma de vida atual que torna desejável esse estado de coisas e invisíveis, as alternativas efetivas. Celso Reni Braidá

coloca que, ao cultivar a natureza, hoje, cultua-se o vazio; porém, se ao aculturar a natureza nós não a negamos, mas a modificamos tão somente, ao tentar renaturalizar a cultura, nós a destruimos. O ilusório não está, contudo, no que essas duas saídas prometem, ou seja, a superação dos nossos problemas reais, mas antes no fato de que elas não sejam alternativas viáveis, pois, na verdade, são apenas tentativas de reiteração dessa mesma forma de vida.

O artigo seguinte, de Róbson R. dos Reis (2010), aborda a hermenêutica da natureza viva sugerida por Martin Heidegger em “Os conceitos fundamentais da metafísica”. A partir de procedimentos hermenêuticos complexos, Heidegger sustentou a conhecida tese acerca da pobreza de mundo dos animais. A hipótese de Róbson é que a relevância desta tese deve ser deflacionada em favor do reconhecimento de uma pobreza no mundo própria dos seres humanos. Na Carta sobre o humanismo, Heidegger emprega a palavra “abismo” para nomear a distância que separa a essência da vida e a essência ek-sistencial dos humanos. A máxima dificuldade em se pensar o ser vivo resulta de uma ambiguidade. De um lado, guardamos com a vida o parentesco mais próximo; mas, de outro, os seres vivos estão separados de nossa essência por um tamanho abismo que até mesmo a essência do divino nos seria mais próxima.

Róbson estabelece uma hipótese interpretativa contrária a essa descrição, enfraquecendo muito a tese de uma diferença abissal entre a existência humana e a vida orgânica, sustentando que o correto entendimento de tal proposição é possível com base na admissão das premissas de um programa filosófico que pode ser chamado de *hermenêutica da natureza*. O campo temático da hermenêutica da natureza é a conceitualização das estruturas compreensivas que condicionam todo comportamento para com entes naturais e seres vivos. Nesse contexto de condições de inteligibilidade, não há redução de estruturas primitivas a uma unidade ontológica simples. Os tipos de comportamentos para com entes vivos não são redutíveis àqueles que seriam os mais originários, cabendo à hermenêutica da natureza assegurar e interpretar os modos de encontro com ela, sem assumir uma relação de prioridade entre eles.

O autor ainda nos explica que os resultados da hermenêutica da natureza viva apresentados por Heidegger são muito limitados, e assumidos explicitamente como provisórios, incompletos e insuficientes. Essa insuficiência não é apenas

epistemológica, mas resulta da identificação de um problema ontológico fundamental motivado pela natureza viva: a intencionalidade humana encontra uma abertura estruturalmente diferente daquela que está em sua formação de mundo. Os animais têm acesso a algo, são relacionais de modo próprio, mas aquilo com o que eles têm relações intencionais não é completamente compartilhado por nós. Há o oculto dos seres vivos.

A despeito de se fazer no aberto, a existência humana está parcialmente fechada para o que são os organismos e a vida. Neste sentido, o abismo não é relativo a algum traço ontológico que os humanos teriam e a natureza viva não. Na falta da visualização completa do outro lado, o que se perde é a estabilidade de toda diferença, que se traduz numa marca que carrega e diferencia o humano, mas que ontologicamente não é o que o distingue.

O artigo de João Lupi (2008) nos indica as diferentes concepções da “natureza” que se configuram durante as eras moderna e antiga. Na primeira, a natureza é o que se refere ao natural como um todo, ou o conjunto de seres existentes que surgem independentemente da ação humana, por oposição ao artificial que é resultado da ação humana e da civilização; enquanto na segunda, a natureza é vista como um princípio metafísico que determina o modo de existência e a ação, sendo, desta forma, possível, entre estas definições, a existência de uma gama enorme de concepções de natureza.

De forma muito curiosa e surpreendente, Lupi nos afirma que o mundo natural, como contexto onde se cria e desenvolve o ser humano, não é apenas extensão e qualidades físicas, é mais do que isso, é metafísica. O autor destaca o Cristianismo, como doutrina, que favoreceu o uso irrestrito – o abuso da natureza e de seus recursos – ou, pelo menos, que não apresentou uma doutrina que respaldasse os que denunciam esse abuso. Lupi embasa parte de suas argumentações no *Tratado dos Princípios*, o *Peri Arxon* de Orígenes (ORIGÈNE, 1978-1984) a primeira grande síntese interpretativa do cristianismo, escrita em Alexandria no início do século III (220/230). No Tratado, a palavra “natura”, tal como a apresenta a tradução latina de Rufino, tem uma conotação metafísica múltipla, pois se refere à natureza divina tanto quanto à humana, à incorpórea tanto quanto à corpórea, à intelectual ou racional e à material.

A ideia de corpo cósmico animado (o imenso animal) ou, mais limitadamente, como planeta de seres vivos ou região sublunar obedece a uma concepção metafísica e,

muitas vezes, alegórica do que hoje chamamos Natureza e, neste sentido, a característica mais marcante é a de que o mundo é mais do que fenômeno: é um todo orgânico em seu modo de ser, e em seu princípio operacional (em sua natureza) é uma imagem da realidade metafísica, uma epifania divina, sendo uma teofania.

O último trabalho da seleção é o de Yara Adario Frateschi. Ela mergulha nas proposições filosóficas de Hobbes e inicia suas argumentações nos afirmando que são duas as partes da filosofia, já que são dois os tipos de corpos que se apresentam à investigação: os corpos naturais (obra da natureza) e os corpos artificiais (obra da vontade humana). Hobbes inclui a ética na parte da filosofia que lida com os corpos naturais porque ela trata das consequências das paixões da mente e é, por isso, uma subdivisão da ciência dos corpos naturais, situando-se num campo de conhecimento diferente daquele que abarca a política.

É a noção de movimento que Hobbes carrega da filosofia natural para a moral e para a política, ao assumir que a ordem natural inteira, incluindo o homem, “a mais excelente obra da natureza”, se move fundamentalmente da mesma maneira. Transportando a teoria do movimento para as teorias moral e política, Hobbes entende que não apenas os corpos em geral, mas também os homens se movem inercialmente, de modo que não apenas os seus movimentos físicos (externos), mas também as suas emoções se movem sem fim e sem repouso. E mais: no mundo do movimento inercial, todas as coisas tendem à persistência; o homem, que é uma criatura natural, não constitui exceção. A conexão entre a visão do homem e a concepção mecânica da natureza é, segundo a autora, um aspecto fundamental da obra hobbesiana, que devemos reconhecer para não correr o risco de esquecer que o comportamento humano é determinado, principal e primeiramente, por uma tendência natural, e não por imperativos irredutivelmente morais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O viés mais significativo que pode ser percebido entre os trabalhos selecionados é o de que, perante a atual mudança paradigmática da ciência, faz-se necessário que os seres humanos sejam reintegrados à natureza. Que o paradigma científico dicotômico seja questionado na sua herança mais imediata. Essa é uma tendência em total consonância com o movimento da Educação Ambiental que alia a

Edição Especial com os melhores trabalhos apresentados no IV ENECiências: UFF – 13 a 16 de maio de 2014.

constituição histórica social à novas vertentes possíveis da vida, com o conhecimento ético, com uma preocupação com o cotidiano e com o futuro do planeta, propondo e quebra de fronteiras entre as disciplinas e subvertendo a lógica dual que separa a cultura popular de cultura de elite, a cultura da natureza e a cultura humana, a cultura da política e outras disjunções do pensamento moderno que fracionam, não somente reduzindo o pensamento, mas sobretudo a complexidade fundamental e inerente à vida e a ação humana nessa existência.

Além disso, a busca realizada e que nos retornou somente cinco correspondentes às discussões sobre a natureza e o meio ambiente dentro de uma perspectiva de educação ambiental é bastante emblemática. Esta nos aponta várias pistas de que a Educação Ambiental deve ser retomada num discurso que reúne, de fato, a práxis e o aporte teórico da análise crítica de mundo, para que estes, passados em revista, sejam e estejam plenamente articulados com o novo discurso que abrem, relacionam e conectam as várias estruturas de pensamento sobre a qual a vida acontece.

A crise ambiental não só propõe limites à racionalidade econômica, mas também descortina uma crise do Estado, de sua legitimidade e de suas instâncias de representação, donde emerge uma sociedade civil em busca de um novo paradigma civilizatório (LEFF, 2001). Essa afirmativa nos leva a pensar que a fulcralidade da formação de um discurso e do entendimento de uma análise que aporte o pensamento filosófico à questão ambiental para entendimento de si e do mundo começa a ser feito e a se inteirar, ainda que de forma lenta, como destacamos nessa breve pesquisa. Na constituição desse novo paradigma, há que se repensar os conceitos de natureza e meio ambiente com os quais a humanidade tem convivido e aceitado como verdades por muito tempo. As percepções acerca do meio ambiente têm aquecido o debate que tenta reunir o humano ao natural, promovendo a ideia da superação de valores como o individualismo e o egocentrismo, valores estes tão cultuados pelos mecanismos de autoproteção do sistema imperante. Tais discussões devem ser trazidas à tona em sala de aula, promovendo a busca da criticidade, da ética e da cidadania planetária.

REFERÊNCIAS

BRAIDA, C. R. A falsa opção entre renaturalização e hipertecnificação. *Filosofia Unisinos*, 14(1): 70-83, 2013. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/download/fsu.2013.141.06/1444> >. Acesso em: 19 set. de 2013.

Edição Especial com os melhores trabalhos apresentados no IV ENECiências: UFF – 13 a 16 de maio de 2014.

CHASSOT, A. *Alfabetização científica: questões e desafios para a educação*. Ijuí: Unijuí, 2003.

COELHO, H. S. Goethe - Espírito da contemporaneidade. *Pesquisas Estratégicas de Filosofia*, UFJF: Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <<http://www.ecsbddefesa.com.br/fts/GOETHE.pdf> >. Acesso em: 01 out. de 2013.

DUARTE, R. A. P. *Marx e a natureza em O capital*. São Paulo: Loyola, 1986.

FRATESCHI, Y. A. Filosofia da Natureza e Filosofia Moral em Hobbes. *Cad. Hist. Fil. Ci.*, Campinas, Série 3, v. 15, n. 1, p. 7-32, jan.-jun. 2005. Disponível em: <<http://www.cle.unicamp.br/cadernos/pdf/Yara%20Frateschi.pdf> >. Acesso em: 20 set. de 2013.

GONÇALVES, M. C. F. *Filosofia da natureza*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

INGOLD, T. *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. London: Routledge, 2011.

INGOLD, T. *The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London/New York: Routledge, 2000.

LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

LUPI, J. A natureza como teofania em Orígenes e João Eriúgena. *Filosofia Unisinos* 9(1):19-24, 2008. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/5336/2581> >. Acesso em: 18 set. de 2013.

MATOS, J. C. M. A questão da razão como critério distintivo entre homem e animal. *Filosofia Unisinos* 12(1):48-55, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/download/1003/228> >. Acesso em: 20 set. de 2013.

MOURA, I. C.; GRUN, M. C.; TRAJBER, R.(Org.). *Pensar o ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental*. Brasília: Ministério da Educação, Coleção Educação para todos, 26, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao4.pdf> >. Acesso em: 19 set. de 2013.

REIS, R. R. Lagarteando: problemas ontológicos e semânticos na hermenêutica da natureza viva de Heidegger. *Filosofia Unisinos* 11(3): 225-243, 2010. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/4649/1872> >. Acesso em: 19 set. de 2013.

SANTOS, B. S. *Um Discurso sobre as Ciências*. 12^a ed. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

